

## A crise venezuelana



Por **EMILIO CAFASSI\***

*Entre o autoritarismo interno e a ameaça de intervenção externa, a Venezuela simboliza a luta pela autodeterminação, desafiando a América Latina a defender coletivamente o princípio inegociável da não intervenção*

Houve um tempo - ou talvez apenas um breve período de calma - em que a América Latina acreditou ter escapado do radar militar dos EUA. Hoje sabemos que era uma ilusão: a região está novamente sob vigilância constante, obrigada a discernir se o próximo zumbido é o de um beija-flor ou o de um míssil. O sul do Caribe reapareceu como uma sala de máquinas onde os Estados Unidos calibram sua diplomacia da pólvora, enquanto os governos locais mal conseguem manter o silêncio.

### Sob um céu vigiado

O aspecto mais estarrecedor não é a escala da operação, mas sim a sua banalidade. Os ataques a embarcações civis são noticiados como danos colaterais acidentais: um barco artesanal perfurado, onze mortos sem nome, tudo apresentado como higiene de rotina por um Estado que se arroga o direito de limpar mares estrangeiros.

Em vídeos que chocam até mesmo legisladores americanos, dois sobreviventes indefesos de um naufrágio recebem uma sentença de morte: “matem os sobreviventes”. A ordem é dada por Pete Hegseth, executada pelo Almirante Bradley e abençoada, por ação ou omissão, pelo sorriso impassível de Donald Trump, segundo o *The Washington Post*.

Às vezes, a história não se repete: ela piora. Pete Hegseth chegou ao ponto de sugerir a abertura de um tribunal militar contra um senador aposentado quando seis congressistas o lembraram de que ordens ilegais devem ser rejeitadas. Não foi um acesso de raiva, mas sim o prenúncio de um novo repertório: a fusão corrosiva da guerra interna e externa, onde a dissidência se transforma em suspeita.

Existem crimes que transcendem qualquer gramática nacional. O assassinato do pescador colombiano Alejandro Carranza, afundado sem aviso prévio por uma aeronave americana, revela outra lógica: a de uma superpotência que decide quem vive e quem morre longe de seu território, sem razão ou prestação de contas. A região está reaprendendo, letra por letra, o antigo alfabeto do terror: navios afundados, céus sitiados, radares que confundem barcos com inimigos. O que podem fazer as frágeis democracias se nem mesmo a Europa consegue conter a crueldade em suas próprias fronteiras?

E como se isso não bastasse, em 29 de novembro, Donald Trump anunciou que o espaço aéreo venezuelano deveria ser considerado “completamente fechado”: um ato de guerra sem justificativa legal. Nem a Convenção de Chicago, nem a Carta da ONU, nem a jurisprudência internacional permitem que um país feche o espaço aéreo de outro sem um conflito declarado. Esse gesto cria um precedente perigoso: transforma o ar em um campo de batalha sem fronteiras.

### As águas onde a lei naufraga

As reações foram imediatas e reveladoras. A Venezuela denunciou uma flagrante violação do direito internacional; o Brasil classificou o ocorrido como um “ato de guerra”; a Colômbia optou pela tibieza burocrática, com frases neutras. Isso não é uma nuance diplomática: é um retrato do equilíbrio de poder. Em um continente cada vez mais fragmentado, as palavras não são mais declarações, mas sim alinhamentos.

A declaração da Frente Ampla do Uruguai se encaixa inevitavelmente nesse contexto. Ela destaca que o fechamento do espaço aéreo carece de fundamento legal e alerta contra o uso extraterritorial e indiscriminado da força. Isso não é solidariedade a um governo, mas sim a defesa de um princípio: a soberania não é um prato cheio à mercê do violador. Onde ela é obscurecida, toda a região fica vulnerável.

Mas nada disso acontece isoladamente. O Caribe está sendo militarizado novamente sem a necessidade de invasões: a presença constante de fragatas, radares e drones é suficiente para tornar a exceção a regra. A ocupação não exige mais tropas, apenas vigilância. Os mares estão repletos de avisos silenciosos, e as costas estão se tornando fronteiras móveis sem mapa.

## **Venezuela como porta de entrada para o hemisfério**

A Venezuela, portanto, reaparece como o núcleo simbólico da disputa hemisférica. Não por causa do desempenho de seu governo, mas por seu valor estratégico: é lá que Washington mede a obediência e a desobediência. A transição que alguns vislumbram – negociada, acordada ou supervisionada – não altera o ponto central: o que está em jogo não é quem governa, mas quem decide as regras do jogo. E esse centro de gravidade não está em Caracas.

A atual administração apresenta várias razões para a rejeição, mas isso não torna virtuosa a oposição que Donald Trump busca legitimar. Nenhum dos lados representa uma visão democrática digna de defesa inabalável. No entanto, o direito internacional não é uma questão de simpatias políticas: nenhum governo, por mais detestável que seja, pode ser deposto por mísseis. A soberania não é um prêmio: é um limite.

Os EUA não precisam mais justificar suas ações: basta impô-las. Linguagem técnica, eufemismos e a lógica do “risco iminente” substituem qualquer evidência. Assim, operações letais são registradas como manobras de rotina e corpos desaparecem no vácuo. A força se legitima por si só. Porque se considera seu próprio tribunal.

Não há adversários políticos nem territórios soberanos: apenas “alvos” que podem ser neutralizados. Enquanto isso, no âmbito político dos EUA, uma semente perigosa amadurece: a de uma eugenia revitalizada. Isso não é uma metáfora: o movimento MAGA defende abertamente hierarquias biológicas, purismo racial e uma estética de superioridade moral que transforma a violência em destino.

Nessa lógica, assassinar naufragos não é crime: é um ato higiênico, um gesto profilático na luta imaginária contra “os bárbaros do sul”. A fronteira deixa de ser uma linha e se torna doutrina. A guerra deixa de ser exceção e se torna cultura. E nessa cultura, os latino-americanos – sejam migrantes, pescadores ou simplesmente habitantes de nossas cidades – são inscritos no lado errado da espécie.

Donald Trump capitaliza-se sobre essa máquina. Transforma-a num espetáculo, numa pedagogia do medo e numa demonstração de poder. O seu projeto não mascara a violência: celebra-a. Cada ataque serve para reafirmar a ideia de uma nação que age sem limites, já não em nome da democracia, mas da sua própria sobrevivência imaginada. O militarismo adota um tom messiânico que apaga qualquer distinção entre segurança e vingança.

O Brasil compreende a gravidade do momento. Tentar uma equidistância forçada o obriga a caminhar sobre brasas: condenar sem ceder, advertir sem confrontar. Mas até essa prudência começa a se esgotar. Uma intervenção na Venezuela atrairia potências globais e fragmentaria a governança regional por décadas. O assessor de Lula, Celso Amorim, não está dramatizando: ele está descrevendo um risco real, latente e cada vez mais palpável.

A oposição venezuelana também não oferece uma visão emancipadora. Alguns de seus líderes depositam mais fé na intervenção estrangeira do que na organização interna, como se a história da América Latina não fosse um arquivo de tragédias. Essa dependência da tutela alheia reproduz, de outra forma, o mesmo desprezo pela soberania que critica no regime de Maduro. Democracia e liberdades não são importadas em contêineres nem construídas com mísseis: são conquistadas de baixo para cima ou jamais chegam. Quando a solução é imaginada como um desembarque, o presente deixa de ser uma transição e se torna um ensaio geral para a dependência.

Presa entre esses dois extremos – o autoritarismo interno e a tentação da intervenção – a sociedade venezuelana encontra-se num dilema. Sofre com o bloqueio, a inflação, o êxodo e a repressão, enquanto a possibilidade muito real de guerra paira no ar, transformando o país num tabuleiro de xadrez estrangeiro. Não há nenhuma visão épica neste horizonte: apenas vulnerabilidade e impotência.

Antes de Donald Trump fechar o espaço aéreo venezuelano como se estivesse baixando uma cortina, outro presidente já havia decidido isolar o território mexicano com o objetivo de anexá-lo por completo. As intervenções estadunidenses do século XIX, que devoraram territórios e populações, foram o documento fundador de uma política externa que se aperfeiçoou com os fuzileiros navais na América Central, os desembarques no Caribe, as invasões do Panamá e de Granada, a Operação Condor e a diplomacia da ALCA (Alto Comissariado das Nações Unidas para a Agricultura). Nessa continuidade, o presente não surpreende: é a continuação do mesmo padrão.

A história regional demonstra que nenhuma intervenção dos EUA produziu estabilidade. Todas deixaram ruínas, governos fantoches, deslocamentos e décadas de violência. A doutrina do inimigo externo opera como um molde reciclável: serve para reorganizar territórios de acordo com interesses estratégicos. Hoje, a Venezuela se encontra exatamente na linha divisória onde passado e presente se sobrepõem com uma clareza perturbadora.

O fato de essa crise estar surgindo em um continente politicamente fragmentado agrava a situação. A direita apoia a intervenção se ela enfraquecer seus adversários; alguns na esquerda hesitam em condená-la por medo de serem associados ao regime de Nicolás Maduro. Nessa oscilação, a região perde uma oportunidade histórica de afirmar um princípio básico: a soberania não pode depender dos caprichos de terceiros.

Se a América Latina abandonar o princípio da não intervenção, abrirá uma porta que não poderá fechar depois. Hoje é a Venezuela; amanhã poderá ser qualquer país cujas políticas desagradem a Washington. Os rótulos adaptam-se às necessidades do momento – narcotráfico, terrorismo, corrupção, crise humanitária –, mas o mecanismo é sempre o mesmo: declarar uma exceção para exercer a força sobre territórios estrangeiros. A região deixaria de ser um sujeito de direitos para se tornar um território descartável, um mapa que pode ser recortado de acordo com os medos e desejos de um outro distante.

Cada míssil que atinge uma embarcação indefesa também rompe o precário equilíbrio de tratados, convenções e pactos que deveriam – ao menos em teoria – impedir que um líder desequilibrado decida quem vive e quem morre além de suas fronteiras. A ONU permanece em silêncio, com o ar exausto de uma instituição que sobreviveu a guerras demais, mas não à desobediência sistemática daqueles que deveriam defendê-la.

A OEA confirma sua irrelevância com uma careta administrativa que sequer disfarça condenação. Nesse cenário, o direito internacional parece uma estrutura vazia, uma catedral sem fiéis onde as regras ressoam sem destinatários.

## As palavras quebradas da lei

Nada disso deveria ser uma surpresa. Sempre que um governo dos EUA enfrenta uma crise interna, ele se volta para um inimigo externo para recuperar a coesão. A América Latina sempre foi um alvo fácil: próxima, vulnerável e fácil de rotular. A novidade não está na agressão em si, mas na sua transparência: Donald Trump não faz nenhuma tentativa de esconder seu desprezo; ele o ostenta como um atributo de liderança.

# a terra é redonda

A questão central não é o que Washington fará, mas o que a América Latina fará. Será capaz de formular uma resposta coletiva? Será capaz de defender o direito internacional sem cair em simpatias automáticas ou silêncios táticos? A crise venezuelana serve como um espelho: reflete a arquitetura política que a região será capaz – ou incapaz – de construir.

A experiência recente demonstra que a inação é uma forma de cumplicidade. A resposta morna ao massacre em Gaza prenuncia um comportamento semelhante em relação à militarização do Caribe: condenações abstratas, gestos mínimos e silêncios coniventes. Se a região não defender o princípio que proíbe o uso unilateral da força, toda a estrutura normativa que o protege se tornará mera fachada.

Essa paralisia é agravada por outra, menos visível: a erosão da linguagem. Termos como “proibição” ou “neutralização” substituem palavras capazes de nomear a violência — invasão, assassinato, crime. O vocabulário técnico desumaniza os eventos e obscurece a responsabilidade. A barbárie se torna estatística; a linguagem, cúmplice involuntária do encobrimento.

Por isso, é urgente recuperar o significado original das palavras. Chamar uma invasão de invasão, um assassinato de assassinato e um crime de crime não é um gesto moralista, mas uma defesa mínima da política como ferramenta para a compreensão do mundo.

Quando o vocabulário técnico substitui a experiência humana, a violência torna-se banal e a injustiça adquire uma perigosa serenidade. Sem clareza conceitual, qualquer discurso sobre direitos humanos se transforma em uma liturgia vazia e repetitiva, um som que ressoa sem substância sob o fogo dos drones.

Nesse cenário, a voz latino-americana deve ressoar com firmeza. Não para apoiar um governo, mas para salvaguardar um princípio sem o qual o continente está indefeso: nenhum país pode ser disciplinado pela força. A história regional é também a história da resistência. E a cada vez que a memória se enfraquece, os antigos projetos de vassalagem ressurgem com novos uniformes, novos tratados, novas bases e o mesmo velho desprezo pela vida daqueles que habitam esses territórios.

O escritor Jorge Majfud, em seu livro monumental *A Fronteira Selvagem*, coloca isso de forma contundente: os EUA são um país que se apresenta como uma missão civilizadora, mas se comporta como uma máquina de exclusão. Dessa matriz surge a facilidade com que execuções extrajudiciais, sanções econômicas que destroem populações inteiras ou invasões apresentadas como atos de caridade geopolítica são justificadas. Em última análise, o que retorna não é o velho imperialismo: é a sua versão descarada, que já não precisa de desculpas, nem mesmo de metáforas morais.

## Palavras resgatadas para iluminar a noite

Portanto, diante da escuridão que avança pelo Caribe, o gesto mais básico é, mais uma vez, o mais decisivo: nomear, resistir, dialogar. Não repetir slogans, mas imaginar uma região capaz de defender sua soberania sem renunciar à sua pluralidade. O futuro não está escrito: será moldado pela capacidade de impedir que o medo organize o mundo.

Não é sem razão que o caso venezuelano tenha sido escolhido como palco para essa pedagogia. É frágil o suficiente para ser vulnerável e simbólico o bastante para enviar uma mensagem a toda a região. Se Washington conseguir impor sua narrativa, o restante da América Latina será alertado. Se encontrar resistência, a disputa abrirá um novo capítulo de confronto geopolítico cuja dimensão ainda não podemos imaginar.

Defender a Venezuela hoje é também defendê-la de seus próprios algozes internos. A análise do regime de Nicolás Maduro terá que esperar por outro momento. A Venezuela está presa entre dois espelhos distorcidos (o regime de Nicolás Maduro e o regime de Machado).

A soberania latino-americana não pode depender da pureza de um governo – nenhum a possui –, mas sim de um princípio

# a terra é redonda

inalienável: nenhuma potência externa pode bombardear navios, assassinar pessoas sem o devido processo legal (ou mesmo com ele!), ou enviar porta-aviões para águas internacionais para disciplinar um país que não se encaixa em sua estrutura de comando.

É por isso que é vital nos distanciarmos de ambos os extremos. Defender a soberania da Venezuela não é defender Nicolás Maduro, assim como rejeitar a intervenção militar não equivale a aceitar a agenda de Machado. Ambas as opções, por caminhos diferentes, levam ao mesmo precipício: uma Venezuela sem autodeterminação.

O desafio, portanto, não é escolher entre governo e oposição, mas entre dependência e soberania. E é precisamente aí – nessa tênue linha onde a crítica também se torna uma responsabilidade histórica – que a América Latina deve recuperar sua própria voz: não para endossar governos falidos, não para abençoar oposições controladas, mas para lembrar que a soberania não é negociável, terceirizada ou subcontratada.

É neste ponto que vale a pena revisitar a experiência histórica. A doutrina do “inimigo externo” sempre foi uma fachada para reorganizar territórios estrangeiros de acordo com os próprios interesses. A Venezuela hoje corre o risco de se tornar o próximo capítulo dessa longa tradição.

Se a América Latina conseguir manter essa conversa – crítica, diversa e desafiadora –, talvez ainda possa impedir que o Caribe se torne, mais uma vez, um laboratório de subjugação. Talvez ainda haja espaço para uma política que não precise de uniformes nem de ameaças e para um continente que pense por si mesmo antes de aceitar que outros pensem por ele. No entanto, o que mais preocupa não é a força do império, mas a fraqueza daqueles que deveriam se opor a ele.

A América Latina já viu esse cenário antes: intervenções na Nicarágua, em Cuba, na República Dominicana, no México, no Panamá. Mais de quarenta intervenções em menos de um século. E, no entanto, cada geração parece condenada a se surpreender com a recorrência. Como se a memória fosse um luxo. Como se não soubéssemos que a história – quando não confrontada – sempre retorna com ainda mais violência.

O que aconteceu no Caribe não é um episódio isolado: é um sintoma. É o prenúncio de uma ordem hemisférica onde a lei é secundária e a vida latino-americana é descartável. Washington não concebe a soberania latino-americana como algo dado, mas como uma concessão revogável. A retórica do “narcoterrorismo” cumpre a mesma função que o anticomunismo ou a defesa da democracia cumpriram no passado: abre exceções. Sob essa categoria vaga, qualquer território pode se tornar um teatro de operações e qualquer governo, suspeito. A lei é esvaziada; a força preenche o vazio.

Não se trata apenas de denunciar os crimes cometidos no Caribe, mas de nomear claramente a disputa que os possibilita. O militarismo de Donald Trump não é um desabafo pessoal: é o cerne de um projeto que busca redefinir a relação entre os EUA e o continente. Um projeto que combina nostalgia imperial, supremacia e cálculo eleitoral. Nada disso deveria surpreender, dada a trajetória histórica.

O que está em jogo na Venezuela hoje não é o futuro do chavismo, mas o futuro da soberania continental. Se a região renunciar a esse princípio, abrirá uma porta difícil de fechar. Hoje, essa porta é a Venezuela. A justificativa ideológica para o ataque será definida de acordo com as necessidades do momento: narcotráfico, terrorismo, corrupção ou qualquer rótulo disponível. As justificativas mudam; o objetivo permanece.

A essa crise soma-se outra, mais profunda: a já mencionada crise de linguagem. As palavras que antes nomeavam com precisão a violência estão sendo substituídas por eufemismos técnicos que a despojam da responsabilidade humana. Formas de apagar o corpo que cai na água e o dedo que aperta o gatilho. A barbárie se torna estatística. Por isso, é urgente recuperar o significado original das palavras. A linguagem também é uma fronteira: quando ela se desfaz, a violência se torna a paisagem e a injustiça, a norma.

Nessas circunstâncias, a voz da América Latina deve ressoar com firmeza. Talvez seja por isso que, diante da escuridão

# a terra é redonda

que avança pelo Caribe, o ato mais básico seja, mais uma vez, o mais decisivo: nomear, resistir, dialogar. Impedir que o medo dite nosso alfabeto e que outros nomeiem, por meio de nossas vozes, o mundo que habitamos.

A história ainda não está escrita. Se a América Latina não escrever seu próprio destino, outros o escreverão com tinta emprestada e sua própria pólvora.

**\*Emilio Cafassi** é professor sênior de sociologia na Universidade de Buenos Aires. Autor, entre outros livros, de *Olla a presión: Cacerolazos, piquetes y asambleas sobre fuego argentino (Libros del Rojas)*. [<https://amzn.to/442vaxw>]

Tradução: **Artur Scavone**.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**CONTRIBUA**